TANGARÁ DA SERRA

Com cesta básica mais cara, Procon cobra providências do governo

Entidades cobram medidas governamentais para controlar a situação

Redação DS

Produtos como arroz, feijão, leite, óleo de soja e carne estão mais caros e muitos desses produtos registraram um aumento de 80% em alguns supermercados. O cenário tem preocupado entidades, que cobram medidas governamentais para controlar a situação.

A Associação Brasileira de Procons (PROCONSBRASIL), em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com a Comissão Especial de Direito do Consumidor, e ainda com Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor (MPCON), todos sensíveis com o aumento dos preços de gêneros alimentícios verificado em todo o país, encaminharam um ofício conjunto à Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon).

O documento expõe a imediata necessidade de intervenção do poder público, em especial dos Ministério da Justiça, da Economia e da Agricultura, para a contenção dos frequentes aumentos à que os alimentos que compõem a cesta básica estão expostos, prejudicando a saúde financeira do consumidor. "Diante do atual cenário econômico, há necessidade urgente de diretrizes governamentais, sem as quais não será possível reverter este infortúnio", destaca a Chefe Executiva do Procon de Tangará da Serra, Ana Flávia Vieira Barbosa, ao afirmar que o órgão Municipal, alinhado ao posicionamento da Procon Brasil, está sensível à esse situação.

> "Medidas para conter esses frequentes aumentos dos preços

Além desta medida, o Procon de Tangará da Serra está alinhando uma reunião em conjunto para possíveis diretrizes menos impactante aos consumidores, onde estarão presentes setores importantes para possível solução, como Acits, CDL, empresários locais, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil e demais autoridades publicas competentes, todos em busca de minimizar os impactos na mesa no tangaraense. "Cumpre destacar que questão não é apenas local e sim nacional e que os órgãos de proteção e defesa dos consumidores já estão articulados para reverter tal cenário e que é importante que a população cobre, de seus representantes na esfera legislativa, a adoção de medidas pertinentes para conter esses frequentes aumentos dos preços dos alimentos".

A reunião com representantes locais acontecerá nesta quarta-feira, 9.

Muitos produtos tiveram aumento significativo

Em seis meses a fruta teve aumento de 186%

MATO GROSSO

Clima e pandemia elevam preços de hortifrúti

O saco do limão tahiti era vendido em março a R$ 35; hoje R$ 100

LUCIANA CURY / Seaf-MT

Há três meses o preço do arroz vem subindo e chegou a 64%, alta que em agosto fez o valor da cesta básica de alimentos disparar em Mato Grosso. Porém, o cereal bastante presente na mesa dos mato-grossenses não foi o único item alimentício a ficar mais caro.

Conforme levantamento realizado pela Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (Seaf), diversos itens hortifrutigranjeiros comercializados no atacado em Cuiabá e Várzea Grande sofreram alta desde o início da pandemia. O percentual de aumento chega a ser superior a 80%, em um intervalo de seis meses, contando da primeira semana de março a primeira semana de setembro.

A maior alta foi detectada no preço do limão tahiti, que subiu 186%, passando de R$ 35 para R$ 100, a saca de 22kg. Em seguida aparecem a pimenta-de-cheiro, com aumento de 116%, e o quiabo com 115%. Esse último item custava em março R$ 28 a caixa com 14kg. Esta semana, essa mesma quantidade é vendida a R$ 60. Já o preço da pimenta-de-cheiro passou de R$ 60 para R$ 130, a caixa com 8kg.

> "Reflexo dessa paralisação está repercutindo agora

Abóbora cabotiá, milho verde e a mandioca são também outros itens com preço elevado nos últimos dias. De acordo com o coordenador de Acesso aos Mercados da Seaf, Eduardo Duarte, a falta de chuvas, a baixa umidade e a diminuição da produtividade são as causas para os aumentos de valores dos produtos hortifrutigranjeiros. "Além desses fatores, com o fechamento das feiras livre no final de março por conta da pandemia, muitos produtores familiares diminuíram a produção por não terem onde comercializar. Com isso reflexo dessa paralisação está repercutindo agora", comenta o servidor da Seaf.